



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alexandre
E

ACTA N.º9/2010

*Aos vinte e nove dias do mês de Outubro do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal em Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros eleitos, **Maria do Rosário Pafina Proença**, **José João Calvinho Corvo**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Miguel Moreira da Costa**, **Sandra Cristina Carvalho Madeira**, **Maria de Lurdes Lopes Faria**, **Messias José Fernandes Carvalho**, **Fernando Eduardo Carrapiço Martins Serina**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Victor Manuel Fernandes Rosa**, **Andreia Denise Henriques Machado**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, pelo P.S.D; **Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro**, **João José Baptista da Costa Ribeiro**, **Vítor José da Cruz Pereira**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes** pelo P.S. e **José Estêvão Correia da Cruz**, **Luís Manuel Negrão Vargas** pela CDU.*

Conforme Edital Convocatório de 22 de Outubro de 2010, reuniu em sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

ABERTURA DA SESSÃO – verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

SUBSTITUIÇÕES – Pedidos substituições da bancada do PSD: Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança e Virgílio Peres. Foram substituídos por Andreia Denise Henriques Machado.

Pedidos substituições da bancada do PS: Álvaro Palma de Araújo. Foi substituído por Luís Manuel da Rosa Fernandes.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

- 1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;***
- 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 6 e 7/2010 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;***
- 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I E IV DO CONTRATO DE GESTÃO, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM-SA, PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO;***
- 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - PUBLICIDADE (PAINÉIS) - APLICAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;***



1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

= O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido e distribuiu fotocópias da documentação remetida à Assembleia Municipal.

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N^{os} 6 e 7/2010 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes para solicitar algumas alterações na Acta n^o 6 e na Acta n^o 7/2010.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Acta n^o 6 a votação.

Foi aprovada por maioria.

Com 2 abstenções dos Deputados Municipais Victor Cruz e Andreia Machado, por não terem estado presentes nessa Sessão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Acta n^o 7 a votação.

Foi aprovada por maioria.

Com 4 abstenções dos Deputados Municipais Luís Romão, Fernando Serina, Sandra Madeira e João Ribeiro, por não terem estado presentes nessa Sessão.

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I E IV DO CONTRATO DE GESTÃO, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA, PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO



Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luís Fernandes, João Ribeiro, Miguel Costa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Deputado Luís Fernandes solicitou informações ao Sr. Presidente da Câmaras sobre as facturas de água e a forma como seriam processados as respectivas facturas? Ainda perguntou no contrato de gestão está acordado o pagamento da SGU à Câmara o valor anual de 250000 euros, e eu pergunto ao Sr. Presidente se vai receber anualmente este valor ou vai receber já os 50 anos de contrato, no valor de 12500000 para pagar salários?

Ou seja, se irá sair uma para pagamento de água e outra para efectuar o pagamento de resíduos sólidos? Como vai ser feita esta facturação. Ainda disse que a factura da água iria sofrer um aumento significativo, o que iria deixar as famílias com mais carências e principalmente o comércio e a restauração. E quanto à passagem das águas para a SGU, isto ainda não iria ficar por aí, ainda iria haver mais aumentos, mas haveremos todos de estar cá para ver as consequências destas decisões.

Perguntou ainda se relativamente ao empréstimo de 16 milhões de €, a médio longo prazo, isso vai trazer redução na tarifa? Qual a garantia para o empréstimo?

O Sr. Deputado João Ribeiro ainda falou sobre o valor do buraco financeiro feito por este Executivo. Disse que engenharia financeira é o que se podia chamar à transferência da facturação das águas da Autarquia para a SGU. O buraco continua a crescer e vai ficar para quem vier a seguir.

O Sr. Deputado Miguel Costa disse que para se ter uma boa qualidade de vida, um bom saneamento, para uma boa gestão de água, terá de se fazer investimento. Esses investimentos custam dinheiro têm custos. Só falam em endividamento, mas não falam na qualidade que se está a trazer aos munícipes.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu os Srs. Deputados que esta situação das águas também vai servir para combater aqueles que tem as segundas habitações porque quem vai haver cruzamento de dados e os que aqui habitam permanentemente e aqui vivem todo o ano e são famílias carenciadas vão ter um cartão de desconto. Também disse que a crise estava instalada em todo o País e aqui na Assembleia os Srs.

Deputados só sabem criticar, mas nunca apresentam contra propostas para resolver as situações.



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria.

Com:

18 votos favoráveis da bancada do PSD,

6 votos contra 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.

A bancada do PS entregou declaração de voto.

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - PUBLICIDADE (PAINÉIS) - APLICAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz, Luís Fernandes, António Cabrita, Luís Vargas, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador Francisco Palma.


O Sr. Deputado José Cruz disse que da análise feita à documentação, constam que a Câmara Municipal aprovou um regulamento em 2010, sobre o pagamento de 4.18€ por mês m2, para os painéis publicitários. Baixavam e assim as taxas de anos anteriores, baixava-se assim significativamente em cerca de 1/6 do que estava a ser cobrado. O que não me parece legal é que esta Assembleia possa baixar o que aprovou ainda este ano. Relativamente aos cinco anos anteriores, segundo a lista que aqui tenho os empresários nem sequer são do concelho, mesmo que o fossem mantinha-se a mesma situação. Certamente que receberam dos clientes o valor que facturaram. E pergunto, como foi possível estarem cinco anos e afixarem cartazes sem pagar. Será que as firmas apresentarem queixas a dizer que as coisas estavam mal, ou isto é uma situação que as empresas desobedeceram aos regulamentos Municipais. E os cofres são

defraudados? Como a Autarquia deixou isto chegar a este ponto. Dizendo que as coisas estavam mal mas continuando a permitir a afixação. O certo é quando as coisas estão mal e não gostamos dos preços retiram e não foi o que sucedeu. Foram colocando e ficando sem pagar. Os regulamentos foram violados e trata-se de um mau exemplo e um estímulo a desobediência total. Continuo a dizer que não tem cobertura legal, é daquelas coisas legais que a mim me preocupa. Não vá vir uma inspecção no dia de amanhã pedir para repor o dinheiro, aqui na Assembleia não mas sim na Câmara Municipal, que é lá que estas coisas se decidem. Não sei como o PS que está sempre tão atento a estas coisas, não tivesse visto isto. Também como é que na Reunião de Câmara, isto foi aprovado por unanimidade. Resta dizer que isto é um caso muito complexo de fiscalidade, sem ter vindo acompanhado de um parecer jurídico. Não basta apresentar esta documentação. É preciso a Mas sim a apresentação de um documento jurídico que possibilite esta forma de pagamento aos beneficiados por não pagarem durante os 5 anos anteriores. Ou seja, ficando uma redução em termos de receita Municipal, em tempos de dificuldades. Agora as empresas devedoras vão pagar um valor que vai ser aprovado. Agora baixa-se as taxas em relação aos anos anteriores. Porque não se conseguiu cobrar. Logo a CDU não pode votar a favor desta proposta.

O Sr. Deputado António Cabrita disse que a questão passa pelo preço elevado que havia por m2. Agora também vou informar que existem registos de 7 Autarquias de maus pagadores na DEGAL, e não existe lá o nome da Autarquia de Vila Real de Santo António.

O Sr. Deputado Luís Vargas perguntou ao executivo da Câmara Municipal, se os comerciantes de Vila Real de Santo António tomassem a mesma atitude, de não pagarem se a Câmara iria tomar a mesma posição?

O Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara não tem tido um comportamento muito exigente em relação ao espaço público. O que se passa no fundo é que existe uma dívida à Câmara Municipal referente a estes painéis não cobrados, a forma mais célere sem passar logo para o contencioso e resolver as coisas amigavelmente como coerentes da proposta. Também uma parte destas empresas devedoras retiraram os painéis e ficando um numero muito menor de painéis publicitários, colocando-os

noutro ponto do País com valores mais baixos. Portanto que algumas das dívidas sejam cobradas e para que as empresas continuem a investir no Concelho e assim virmos a arrecadar alguma receita. Assim como também o fizemos com as dívidas existentes a nível da água. Por isso, estabelecemos um prazo, as pessoas para pagar sem as moras para que pudéssemos arrecadar algum dinheiro. E sem prejudicar ninguém, e fazer um plano de pagamento a prestações. No sentido mais simpática das pessoas poderem pagar.

O Sr. Vereador Francisco Palma esclareceu que o valor a praticados nos anos anteriores era muito elevado, dificultando o pagamento `a Câmara Municipal da publicidade e ocupação de espaço público. Feita a reunião com as firmas devedoras, chegamos à conclusão que eles não conseguiam chegar ao valor anteriormente deferido. Logo a apresentação desta proposta para a resolução deste problema para ambas as partes. Assim abrindo a porta para que a partir de 2010 se consiga arrecadar mais receita. Ainda esclareceu que os Concelhos mais perto do nosso estão a praticar neste momento um valor semelhante aquele que nós vamos praticar.

O Sr. Deputado José cruz disse que esta argumentação já tinha sido feita quando se aprovou a nova tabela de taxa, embora não seja a forma mais ortodoxa, no ponto de vista legislativo, legal e da cobrança fiscal para se fazer. Por isso, aconselhava a verificação do parecer. Agora que se pague uma dívida contraída ao valor de um regulamento futuro é isso que na minha opinião não é legal, tenho as minhas dúvidas. Podendo dar prejuízo ao Município. Quanto a harmonização fiscal dos Concelhos, deve sim haver harmonização fiscal. Mas também temos que ver que colocar um anúncio em Alcoutim ou em Castro Marim não é a mesma coisa que colocar um em Monte Gordo. Os próprios empresários não cobram o mesmo que cobram em Alcoutim o mesmo que cobram em Monte Gordo aos clientes. Para mim acho mais razoável ser cobrado em prestações o atrasado e depois sim aprovar-se o regulamento.

O Sr. Presidente da Câmara disse que iria tomar em conta a solicitação de um parecer jurídico, o que nós solicitamos antes de trazer a documentação a Assembleia Municipal. O que nós vamos solicitar para o fazerem por escrito para juntar a documentação. Não o vamos executar este regulamento sem ter o parecer por escrito.

O Sr. Deputado Luís Fernandes congratulou-se com o Sr. Deputado José Cruz no sentido das dívidas serem pagas em prestações, visto os painéis terem estado colocados. Assim como a solicitação de um parecer jurídico junto à documentação aqui apresentada. Solicitou que o ponto fosse retirado e agendando uma nova Assembleia.

*O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.
A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria.*

Com:

18 votos favoráveis da bancada do PSD,

6 votos contra 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.

Não houve intervenções do público.

E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 10 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal O Primeiro Secretário



Declaração de voto

A bancada do partido Socialista vota contra a proposta para alteração do contrato de gestão celebrado entre o município e a VRSA sociedade de Gestão Urbana para a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do concelho devido ao aumento substancial das tarifas do fornecimento de água e saneamento de águas residuais, penalizando claramente todos os munícipes e principalmente todo o comércio, restauração e indústria de todo o concelho.

É de sublinhar que com a previsão do estudo apresentado para o ano de 2011 e seguintes haverá um forte agravamento nas tarifas que serão suportados por todos nós, situação que ficará fora do controle e fiscalização dos órgãos autárquicos, isto é, câmara e assembleia municipal.

De referir que a preocupação do partido socialista deve-se ainda pelo facto dos futuros empréstimos subjacentes a este contrato irem ainda agravar a situação financeira tornando-a mais catastrófica.

Este é o alerta do partido socialista.

Vila Real de Santo António, 29 de Outubro de 2011

João Pinheiro
Luís Rebelo
Victor Pereira
Luís Manuel da Rosa Fernandes